

Art. 2. O valor correspondente às receitas consignadas nos termos do artigo anterior terá a seguinte distribuição:

- a) 50% para os Serviços que procederam à cobrança;
- b) 40% para a Direcção Nacional que superintende a área de Inspeção Fitossanitária e de Quarentena Vegetal;
- c) 10% para o Fundo de Desenvolvimento Agrário.

Art. 3. A utilização das receitas será feita com base no Plano Anual de Actividades e Orçamento, tendo em conta os montantes arrecadados no exercício anterior.

Art. 4. A execução financeira seguirá as regras em vigor sobre a matéria.

Ministério da Agricultura, em Maputo, 18 de Agosto de 2010. — O Ministro da Agricultura, *Soares Bonhaza Nhaca*.

MINISTÉRIO DAS PESCAS

Diploma Ministerial n.º 273/2010

de 31 de Dezembro

No ano de 2001, em face do estado de exploração da pescaria do camarão o Governo instituiu o respectivo regime de pescaria fechada e iniciou a implementação de medidas de gestão desta pescaria. Não obstante, a avaliação do estado de exploração da pescaria do camarão do Banco de Sofala, nos últimos cinco anos, tem revelado a existência de um elevado nível de esforço de pesca decorrente de um elevado número de embarcações de pesca que nela operam que, aliadas às mudanças climáticas determinam fracas capturas e consequentemente baixos rendimentos. Este cenário determinou a adopção do Plano de Gestão da Pescaria do Camarão cujos objectivos orientam-se para a redução e manutenção do esforço de pesca.

É neste contexto e, havendo necessidade de reduzir, temporariamente, o esforço de pesca na pescaria industrial de camarão do Banco de Sofala, limitando o acesso a área supra referenciada, ao abrigo das alíneas a) e c) do artigo 35, conjugado com a alínea b) do n.º 1 e alíneas c) e d) do n.º 2 do artigo 31, todos da Lei n.º 3/90, de 26 de Setembro, o Ministro das Pescas determina:

Artigo 1 – 1. A suspensão, por três anos, de quotas de pesca cujos titulares não as utilizaram desde 2008 exceptuando aqueles que operaram significativamente a uma média de 70%.

2. Para a campanha de 2011 as quotas de pesca apenas serão concedidas a titulares cujas obrigações financeiras para com a Administração das Pescas estejam regularizadas.

Art. 2. A concessão de quotas e o licenciamento da actividade nas campanhas subsequentes a 2011 terá em consideração:

- a) A realização de quota atribuída em 95% no mínimo;
- b) O pagamento total das taxas de licenças de pesca e portuárias;
- c) O registo de infracções de pesca cometidas;
- d) O fornecimento atempado e regular de dados estatísticos, fiáveis incluindo dados sobre a fauna acompanhante;
- e) A descarga obrigatória de pelo menos 50% de captura de quota de fauna acompanhante alocada.

Art. 3. O presente Diploma entra em vigor a 30 de Novembro de 2010 e caduca a 30 de Novembro de 2013.

Ministério das Pescas, em Maputo, 29 de Setembro de 2010. — O Ministro das Pescas, *Victor Manuel Borges*.

Diploma Ministerial n.º 274/2010

de 31 de Dezembro

Por Decreto n.º 18/2005, de 24 de Junho, foi criado o Instituto Nacional de Inspeção do Pescado e, por Despacho do Ministro das Pescas foram criadas as Delegações Provinciais.

Tornando-se necessário definir as funções das Delegações Instituto Nacional de Inspeção do Pescado, o Ministro das Pescas determina:

Único. É aprovado o Estatuto-Tipo das Delegações do Instituto Nacional de Inspeção do Pescado, que é parte integrante do presente Diploma Ministerial.

Ministério das Pescas, em Maputo, 16 de Novembro de 2010. — O Ministro das Pescas, *Victor Manuel Borges*.

Estatuto-Tipo das Delegações Provinciais

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

ARTIGO 1

(Natureza e objecto)

1. A Delegação do Instituto Nacional de Inspeção do Pescado, adiante designada por Delegação, é o órgão representativo do Instituto Nacional de Inspeção do Pescado, ao nível da Província.

2. A Delegação tem por objecto garantir, ao nível da Província, o cumprimento das atribuições e competências do Instituto Nacional de Inspeção do Pescado.

ARTIGO 2

(Áreas de actividade)

A Delegação organiza-se de acordo com as seguintes áreas de actividade:

- a) Licenciamento Sanitário;
- b) Certificação Sanitária;
- c) Análises Laboratoriais.

ARTIGO 3

(Atribuições)

São atribuições da Delegação:

- a) Implementar as actividades definidas e aprovadas pelo Instituto Nacional de Inspeção do Pescado;
- b) Implementar, a nível provincial, os regulamentos e procedimentos que regem as actividades de Inspeção do Pescado;
- c) Monitorar o funcionamento das unidades produtivas;
- d) Participar em programas de pesquisa relacionados com a actividade de Inspeção do Pescado.

CAPÍTULO II

Sistema Orgânico

ARTIGO 4

(Estrutura)

1. A Delegação tem a seguinte estrutura:

- a) Departamento de Licenciamento e Certificação Sanitária;
- b) Departamento de Análises Laboratoriais;
- c) Departamento de Administração e Recursos Humanos.